**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS**

**ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO**

PROJETO CONEXÃO LOCAL - GVPESQUISA

**JÉSSICA CAVALCANTE ALMEIDA**

**LARISSA SANTOS DUARTE**

**QUAIS OS LIMITES DAS POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA NOS ASSENTAMENTOS DA ZONA RURAL DE UBERLÂNDIA?**

**SÃO PAULO**

**2016**

**RESUMO**

**Conexão Local 2016**

Experiência: MST - Uberlândia (MG). Participantes: Jéssica Cavalcante Almeida e Larissa Santos Duarte (Graduandas em Administração Pública). Orientador: Fábio Grigoletto (Doutorando em Administração Pública e Governo). Duração: do dia 3 de julho ao dia 23 de julho de 2016.

Resumo:

[INTRODUÇÃO]:. O objetivo dessa pesquisa é mostrar como as políticas de reforma agrária nos assentamentos rurais de Uberlândia esbarram na questão de gênero. Para isso, pretende-se discorrer a respeito da agricultura familiar e, ademais, sobre a principal fonte de renda para esses indivíduos: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Além disso, será analisado o desempoderamento da mulher na transição do acampamento para o assentamento, haja vista que na primeira parte do processo as mulheres são responsáveis pela renda da família e, posteriormente, após assentadas, todo o capital arrecadado permanece concentrado nas mão dos maridos. Desta forma, o PAA mostra-se incapaz de reverter a questão do trabalho invisível. [METODOLOGIA]: Este estudo foi construído a partir de registros diários e entrevistas semiestruturadas com líderes, participantes dos movimentos e funcionários públicos. Além disso, o convívio, a observação e a participação nas atividades realizadas pelos acampados/assentados foi fundamental para a realização desta pesquisa. [DESENVOLVIMENTO]: Ao longo dessas três semanas em Uberlândia, nós tivemos contato com três movimentos de luta pela terra. São eles: o MST, o MLST e o MPRA. Com os dois primeiros a interação foi mais intensa, haja vista que os conhecemos logo no início. Desta forma, nossa pesquisa recai mais fortemente sobre eles. Assim, estivemos presentes no assentamento Emiliano Zapata e nos acampamentos Carinhosa, Cabaça e João Rosa e Prateado. Com as entrevistas e com o convívio diário, nós percebemos, em relação às mulheres, que elas sentem que o trabalho que elas desempenham é desvalorizado e que seus companheiros vêem as atividades que elas exercem apenas como uma “ajudinha”. Para além disso, as atividades que elas desempenham não são remuneradas, já que toda a renda que a família recebe fica concentrada nas mãos do marido. Desse modo, esperamos comparar a realidade dessas mulheres a partir de sua situação econômica no momento do acampamento e após assentadas com a literatura existente, considerando o Programa de Aquisição de Alimentos como política fortemente desconcentradora de renda, porém com certos limites ao se considerar gênero. [CONCLUSÃO]: Por fim, há os obstáculos que as mulheres têm de enfrentar: enquanto seus companheiros permanecem no acampamento, muitas veem-se na obrigação de permanecerem na cidade para trabalhar e, sozinhas, cuidarem dos filhos. Assim, são a única fonte de renda para a família e, além do trabalho formal, necessitam cuidar do lar e da criação da prole. Contudo, após assentadas, precisam lidar diariamente com a desvalorização das atividades que desempenham, além de se tornarem financeiramente dependentes dos companheiros.

**Agradecimentos**

Primeiramente, gostaríamos de agradecer a todos os envolvidos no Gvpesquisa por ter nos concedido a oportunidade de viver uma experiência tão rica. Um agradecimento especial à Isolete Rogesky, que nos ajudou durante todo esse processo e que esteve sempre disponível para sanar eventuais dúvidas. Também agradecemos aos professores Marcus Vinícius e Amon Barros, que nos auxiliaram durante essa trajetória e sempre se mostraram acessíveis para além da sala de aula.

Agradecemos, também, àqueles que conhecemos em Uberlândia. Ao Prof. Peterson Gondolfi, nosso contato com a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), e à Prof. Cristiane Betanho, pelas conversas, pelo aprendizado, e por toda a ajuda durante essas três semanas. Ainda, gostaríamos de agradecer ao pessoal do Guarás e a todas as famílias que abriram as portas de suas casas para nos receber. Fica aqui o nosso muito obrigada.

Por fim, agradecemos ao nosso supervisor, Fábio Grigoletto, por nos acompanhar no campo, nos ajudar com o suporte teórico, nos acalmar nos momentos de ansiedade e principalmente pelas boas conversas. Uma viagem assim por si só seria ótima, mas foi inestimável a presença do Fábio para torná-la divertida e especial enquanto nos possibilitava um primeiro contato com o mundo da pesquisa.

**SUMÁRIO**

1. [**INTRODUÇÃO**](#_pc3ic1a7zc6p) **4**

**2.** [**REFLEXÕES TEÓRICAS**](#_35dx9bdso6eg) **5**

 **2.1 A mulher inserida no contexto do trabalho familiar 5**

 **2.2. Trabalho invisível: produtoras rurais, não “do lar” 5**

 **2.3. Acesso à Terra 6**

 **2.4. O empoderamento e a militância 7**

 **2.5. Acerca do Programa de Aquisição de Alimentos 7**

**3. MERGULHANDO NO CAMPO 8**

 **3.1. Metodologia 8**

 **3.2. CIEPS, GUARAS, NEA e o Feminismo na Agroecologia 9**

 **3.3. Assentamento Emiliano Zapata 9**

 **3.4. Acampamentos Carinhosa, Cabaça e João Rosa e Prateado 12**

 **3.5. As mulheres acampadas 12**

 **3.6. Prefeitura Municipal de Uberlândia 13**

 **3.7. Central de Abastecimento 13**

**4. REFLETINDO A TEORIA A PARTIR DA PRÁTICA 14**

**5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 15**

**6. REFERÊNCIAS 17**

# INTRODUÇÃO

As especificidades do meio rural frequentemente impossibilitam utilizar as mesmas teorias e formas de pensar aplicadas à cidade, causando a inevitável necessidade de forjar teorias próprias para o campo. Temos por objetivo discorrer a respeito da emancipação da mulher no campo e como isso tangencia a imprescindibilidade de obtenção de renda própria desatrelada da ideia de inserção no mercado de trabalho, passando pelo problemático imaginário acerca do trabalho doméstico como improdutivo e restrito à mulher.

Além disso, dissertamos a respeito do desempoderamento da mulher na passagem de acampada para assentada. Na primeira etapa do processo, as mulheres são, muitas vezes, a principal fonte de renda para a família, passando ao papel de dependentes financeiras após conseguirem seu próprio lote. Isso ocorre pois a classificação do trabalho como produtivo é dada aos afazeres designados ao homem, sejam eles quais forem, e todo o capital produzido acaba na posse de seu companheiro.

A fim de entender como as políticas públicas ligadas à reforma agrária lidam com tais situações, consideramos o Programa de Aquisição de Alimentos como política fortemente desconcentradora no aspecto econômico (SANTOS, 2013), porém, com grandes limitações quando resvala nas questões de gênero. No que é chamado de trabalho invisível, a energia e tempo despendidos por mulheres na lavoura acabam por serem considerados uma ajuda subliminar, relegando-as, assim, ao papel de subalternas quando se tratando da produção familiar.

 A presente pesquisa se deu na zona rural do município mineiro de Uberlândia, com algumas entrevistas realizadas na cidade. Com entrevistas semiestruturadas, conversamos com produtores e produtoras rurais de três acampamentos (João Rosa e Prateado, Cabaça e Carinhosa) e um assentamento (Emiliano Zapata) a fim de entender seu dia-a-dia e a relação entre homens e mulheres. Após alguns dias, surgiu a oportunidade de passarmos alguns dias na casa dos coordenadores de um dos acampamentos, onde pudemos ter uma percepção mais clara de diversos aspectos que são tratados ao longo desta pesquisa, tais como a frustração com o não reconhecimento de seu trabalho e o desempoderamento da mulher na passagem do acampamento para assentamento.

 O presente trabalho está organizado em três partes: reflexões teóricas, onde brevemente caracterizamos os conceitos utilizados; metodologia e descrições do que vimos no campo; e a análise que conecta ambas as outras partes.

# REFLEXÕES TEÓRICAS

**2.1 A mulher inserida no contexto do trabalho familiar**

 O trabalho familiar sob uma ótica marxista sempre foi uma categoria, de certo modo, deixada de lado. Ao longo da história, o campesinato passou a ser visto como armazém de práticas tradicionais - naturalizando o patriarcado - e incapaz de possuir uma ação coletiva (PAULILO, 2004). A coletivização das terras em sociedades em que ocorreu uma revolução socialista e a tendência ao desaparecimento do campesinato em sociedades capitalistas, fez com que existisse certa dificuldade em conciliar a teorização da categoria “trabalho” com as especificidades do meio rural.

Tal dificuldade sofre severo agravamento ao se aliar ao problema de gênero e especialmente ao se considerar o grupo mulheres como classe inferior na sociedade. Com o advento do capitalismo, apesar das inúmeras críticas à exploração capitalista inerente ao trabalho assalariado em nossa sociedade, o feminismo urbano, formado com grande influência em Marx, busca a emancipação feminina através da conquista de direitos igualitários no mercado de trabalho; mas como traduzir isso para o campo, ou seja, em um contexto de pessoas não remuneradas?

Cremos que a resposta, como veremos ao longo desta reflexão, parte do princípio de não existir uma tradução, mas sim forjar teorias próprias para o campo. Entender que a emancipação da mulher no campo pode (e deve) passar pela obtenção de renda própria, mas ter a percepção de que a mulher já trabalha horas iguais às de seus companheiros homens e que tais horas apenas não possuem o reconhecimento devido.

**2.2. Trabalho invisível: produtoras rurais, não “do lar”**

 No campo familiar, a divisão social do trabalho não existe: as mesmas pessoas, parte de um núcleo familiar, plantam, cuidam e colhem o que é produzido; por outro lado, a divisão sexual do trabalho é muito marcada.

Sob uma ótica marxista, o trabalho produtivo seria aquele cujo excedente é absorvido na forma de mais-valia pelo dono dos meios de produção. No meio rural, a distinção entre trabalho produtivo e trabalho doméstico (ou improdutivo) é mais complexa do que nos meios urbanos pois ambos são realizados no mesmo espaço físico: tanto a terra separada para cultivo quanto a casa dos agricultores situam-se no mesmo lote familiar. Desse modo, a percepção majoritária é de que o trabalho produtivo, seja ele qual for, é o realizado pelo homem.

 Justamente por causa de tal percepção, os afazeres domésticos e reprodutivos - ou seja, respectivamente, tarefas ligadas à limpeza da casa e a criar filhos - não são considerados trabalho, contribuindo para o imaginário de que a mulher passa a maior parte de seu tempo ocupada com coisas superficiais e apenas auxilia o homem na lavoura. Também por isso, tais mulheres sentem a necessidade de pegar na enxada após um dia de trabalho doméstico por sentirem que não fazem o suficiente (GARCIA, 2002).

A invisibilidade econômica (o fato de que as mulheres não recebem dinheiro por cuidar dos filhos, por exemplo) leva ao apagamento do tempo e energia gastos pela mulher, diminuindo seu esforço e colaborando para a desvalorização da classe na sociedade. A isso é dado o nome de trabalho invisível.

O simples ato de julgar as obrigações domésticas e reprodutivas trabalho já é, por si só, um ato de resistência (PAULILO, 1999). Ao promover visibilidade acerca disso, promovemos também a visibilidade acerca da dupla e tripla jornada das mulheres. No campo, a jornada dupla é caracterizado pelos trabalhos produtivo e reprodutivo, ao passo que à jornada tripla é adicionado o trabalho militante.

**2.3. Acesso à Terra**

 No período de acampamento, as mulheres não parecem estar tão ligadas às tarefas referentes à casa e aos filhos. A necessidade de se ter muitas pessoas em diversas áreas a fim de manter a ocupação faz com que as mulheres sejam incluídas nisso e afastadas de suas “obrigações” domésticas (GARCIA, 2002). Esse período é comumente caracterizado como “na lona”, e existe entre a ocupação e a posse de fato da terra. É durante ele que ocorre o maior número de desistências e durante o qual as mulheres geralmente trabalham fora de casa e são assalariadas. Quando acampadas, há um sentimento de coletividade e um objetivo comum que une todos que estão ali: mais tarde, após o assentamento, não é incomum o enaltecimento das mulheres que passaram pelo processo de acampamento em detrimento das que não o fizeram, quase sempre acompanhado do discurso de que estas apenas não quiseram estar lá. Existe também a ideia de que tal processo ajuda as mulheres a desenvolverem interesse pela luta pela terra (GARCIA, 2002). Assim como no resto da sociedade, no campo também é reproduzido o comportamento patriarcal de ensinar meninas a se habituarem a certas coisas e, mais tarde, diminuí-las por isso.

 Ao serem assentados, muitos sentem que o sentimento de coletividade já citado diminui drasticamente, com os interesses pessoais sendo passados à frente do grupo. Após terem os lotes divididos, também muitas mulheres passam a se isolar, já que passam a terem obrigações domésticas que antes ficavam em segundo plano. Unindo tais fatores, o resultado é um grupo de mulheres menos unido, com menores chances de trocarem experiências e se tornarem conscientes de suas opressões.

 Outro ponto a ser tratado no acesso das mulheres à terra é que ele não existe concretamente. Não existem, além do casamento, mecanismos pelos quais as mulheres podem herdar terras quando existem irmãos homens no contexto. As mulheres que chegam a reclamar desse arranjo o fazem sem mencionar opressões de gênero, apenas baseando seus argumentos no fato de que trabalharam tanto quanto os homens ao longo de sua vida (PAULILO, 2010). Mesmo com o casamento, o resultado é o descrito nos parágrafos acima: mulheres presas a afazeres da casa e à criação dos filhos, sem real acesso à renda proveniente da terra.

**2.4. O empoderamento e a militância**

 Segundo Sales (2007, p. 2), “a participação das mulheres exige uma determinada competência, um acúmulo de capital político, mas essa formação ocorre no cotidiano, na própria luta[...]”. Desse modo, fica claro que a mulher já carrega consigo o único ponto necessário para lutar: sua própria vivência.

 Ao se reunirem em organizações ou quaisquer outras atividades cuja estrutura seja promovida por mulheres, estas passam a tomar consciência de suas horas de trabalho invisível, e de que sua produtividade é, senão igual, muito parecida com a de seus companheiros homens. Também a partir do protagonismo que surge em tais grupos, as mulheres são incentivadas a quebrar as divisões de gênero impostas em suas casas e em outros aspectos de suas vidas.

 Quando passam a se reunir, as mulheres também tendem a reconhecer suas habilidades de produzir renda e já não se sentem mais tão podadas pela detenção de renda de seus parceiros.

**2.5. Acerca do Programa de Aquisição de Alimentos**

 O PAA foi criado no âmbito do Fome Zero, durante o governo do presidente Lula, pelo artigo 19 da Lei 10.696 (CONAB, 2012). A fim de, ao mesmo tempo, promover segurança alimentar rompendo com o ciclo da fome e fomentar a agricultura familiar, o programa compra alimentos de produtores familiares com dispensa de licitação a preços pré-determinados. O orçamento do PAA provém no Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. O PAA é articulado entre os três níveis de governo (federal, estadual e municipal) e o MDSA.

 Para atender às especificidades locais em um país tão diverso, o PAA está em permanente evolução, sempre se reformulando sem, contudo, perder sua flexibilidade. Os consumidores beneficiários são pessoas em situação de insegurança alimentar e os atendidos pela rede socioassistencial, tais como asilos, creches, etc. Já os produtores beneficiários, para participar do programa, devem estar organizados em grupos de, no mínimo, 5 agricultores e obter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), a qual permite cada produtor vender 4,5 mil reais por ano.

 Para Santos (2013), uma das consequências mais importantes do Programa é o seu caráter fortemente desconcentrador de renda. Santos propõe um novo método de analisar políticas públicas que promovam desenvolvimento local, a partir de sua tendência a desconcentrar (ou não) a renda produzida pelo município selecionado. Ao mostrar que não é suficiente aumentar a renda dos mais pobres ao mesmo tempo em que o mesmo acontece com os mais ricos, também explica que, ao priorizar a compra de produtos provenientes de agricultura familiar, o poder público deixa de gastar seus recursos com estabelecimentos que já concentravam grande parte da renda da localidade, além de fortalecer os pequenos produtores de modo a impedir que vendam suas terras para grandes fazendeiros da região. Tais características, como já citado, enquadram o PAA como política fortemente desconcentradora, nas quais “a desigualdade é reduzida de maneira acentuada, uma vez que os ricos sofrem decréscimo em suas rendas, enquanto os pobres conseguem aumentá-la” (SANTOS, 2013).

#

**3. MERGULHANDO NO CAMPO**

**3.1. Metodologia**

 Durante as três semanas que estivemos em Uberlândia, visitamos o assentamento Emiliano Zapata e os acampamentos Carinhosa, Cabaça e João Rosa e Prateado. Tivemos contato com o assentamento Emiliano Zapata, organizado pelo MST, através de um mutirão que visava ajudar na manutenção de uma floresta agroeológica, mutirão este organizado pelo GUARAS, que nos foi apresentado pela professora Cristiane, coordenadora do CIEPS.

Conhecemos os acampamentos, por sua vez, através das relações interpessoais que desenvolvemos ao longo da nossa pesquisa. Em um dos acampamentos ficamos hospedadas quatro dias na casa de um coordenador nacional do MLST. Assim, tanto no assentamento quanto nos acampamentos realizamos entrevistas semiestruturadas, as quais, na maioria das vezes, eram gravadas. Quando a gravação não era autorizada, nós anotávamos as respostas.

 Ademais, o convívio diário e o método pesquisador conversador no cotidiano, de Spink (2008), foram essenciais para a realização desta pesquisa. Isso porque, por meio das conversas, dos comentários e das relações desenvolvidas no decurso desta pesquisa, pudemos ter acesso a uma série de informações que não seriam possíveis captar somente por meio das entrevistas.

Também tivemos contato com a prefeitura de Uberlândia. Conversamos com um funcionário acerca do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). Além disso, visitamos, juntamente com um técnico, 3 propriedades que vendem parte de sua produção para o PAA. Além da prefeitura, tivemos contato tanto com o corpo discente quanto com o corpo docente da UFU, atores essenciais no contexto que estamos estudando.

**3.2. CIEPS, GUARAS, NEA e o Feminismo na Agroecologia**

O CIEPS (Centro de Incubação de Empreendimentos Populares e Solidários) funciona no âmbito da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e atua com grupos de três frentes diferentes: agricultura familiar e camponesa, coleta seletiva e cultura. Incubam empreendimentos que atendam a dois requisitos: devem concordar com trabalhar a partir dos preceitos da economia popular e solidária e não podem ter condições de contratar uma assessoria privada.

O GUARAS (Grupo Universitário de Agricultura com Responsabilidade Ambiental e Social) é um grupo surgido a partir de um grupo de estudos de agroecologia formado tanto por alunos quanto por ex-alunos da UFU. A partir de 2014, uniram-se ao NEA (Núcleo de Estudos de Agroecologia), através do qual se ligaram ao CIEPS e, atualmente, dentre suas muitas atividades, realizam mutirões a fim de auxiliar pequenos agricultores a transicionar da agricultura tradicional, a qual faz uso de agrotóxicos, para a produção orgânica e, finalmente, à agroecologia.

Foi através do NEA e do GUARAS que ocorreu o curso “Feminismo na Agroecologia”, no qual duas integrantes do Grupo foram semanalmente durante certo período de tempo até um dos acampamentos que também visitamos. Nesse curso, as mulheres foram divididas em grupos com talentos e habilidades parecidas, e a cada semana um grupo ensinava as outras mulheres presentes algo que poderia incrementar na renda de suas casas. O objetivo seria fazer com que, assumindo a liderança ao dar aulas, as mulheres seriam empoderadas e reproduziriam tal liderança em seus âmbitos familiares.

**3.3. Assentamento Emiliano Zapata**

No assentamento Emiliano Zapata há 24 famílias assentadas. Conversamos com três famílias, as quais contaram as suas histórias, assim como os desafios de morar no campo e os conflitos que enfrentaram. Nas falas, a dificuldade para tornar-se um assentado se repetiu. Segundo um entrevistado, “*se não for pra lona não tira lote não*”. A “lona”, a qual ele se refere, são os acampamentos organizados pelos movimentos de luta pela terra. Após a conquista da terra, a fazenda é dividida em lotes que possuem áreas próximas. No mapa abaixo pode-se observar a divisão dos lotes.



Em relação às reivindicações das assentadas, o que mais se destacou nas falas foi a desvalorização do trabalho que elas desempenham, sobretudo por parte dos companheiros. Presenciamos um conflito no qual os indivíduos relacionados possuíam vínculo familiar. Segundo o Seu R.[[1]](#footnote-1), ele não questionava a maneira com a qual a Dona S. limpava a casa, assim, também não queria ser questionado sobre a forma com a qual ele negociava os seus produtos. Na fala do Seu R. fica explícito que, para ele, a Dona S. só pode dar algum palpite nos trabalhos domésticos, por mais que ela também trabalhe junto a ele nas plantações.

Além disso, a Dona S., disse que, para ele, nada do que ela faz é certo. Mostrou uma insatisfação pelo seu trabalho não ser reconhecido. Ela, até então, tinha trabalhado durante toda a sua vida na cidade e, com isso, possuía o seu próprio salário. Contudo, há aproximadamente um mês morando no campo, ela tentava se adequar àquela nova realidade.

Uma outra entrevistada conta que ficou 7 anos debaixo da lona. Segundo ela, foi muito difícil, já que um de seus filhos possuía 8 meses na época. Quando perguntada sobre qual era a opinião dela acerca do movimento feminista, ela disse que achava *“mais que bom*”. Além disso, ela é uma líder do MST e em seu discurso ela mostra a importância da militância. Segundo ela, “*quando o governo não quer liberar pra gente, a gente luta”.*

No assentamento Emiliano Zapata, a principal fonte de renda é a venda dos alimentos para o PAA. Isso ocorre porque a venda para o Programa é algo certo para os moradores e, além disso, sabe-se que não haverá complicações na hora do pagamento. Na tabela abaixo, nota-se que a maioria das famílias participam do Programa.



**3.4. Acampamentos Carinhosa, Cabaça e João Rosa e Prateado**

O acampamento Carinhosa, administrado pelo MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra), no momento está esperando o tesouro nacional liberar a verba, haja vista que a ex-presidenta Dilma Rousseff assinou o contrato permitindo, assim, a compra da fazenda. Contudo, diferentemente dos outros dois acampamentos, a Carinhosa já possui uma organização de assentamento. Desta forma, cada família possui o seu lote e, assim, a sua própria produção.

Um dos líderes do MLST disse que o fato de cada família ter construído a sua casa contribuiu para que a fazenda fosse comprada pelo governo federal. Contudo, ele destaca que os acampados tiveram receio de construir as casas e, no fim, acabar perdendo-as. Entretanto, ele destaca que é necessário enfrentar os medos para que se possa alcançar as vitórias.

 Já o acampamento João Rosa e Prateado, que é administrado pelo MLST, e o Cabaça, organizado pelo MPRA (Movimento pela Reforma Agrária), por ora não possuem previsão para virarem assentamentos. Os acampados estão analisando a melhor estratégia para conquistarem a terra.

**3.5. As mulheres acampadas**

Assim como as assentadas, as mulheres que estão acampadas reclamam da desvalorização das funções que elas desempenham. Segundo elas, os companheiros veem o trabalho delas apenas como uma “ajudinha”, o que os legitima para serem responsáveis pelo dinheiro adquirido pelo trabalho na propriedade. F. que sempre trabalhou na cidade, se incomoda muito por ter se tornado totalmente dependente financeira de seu companheiro: numa de suas falas, relata se sentir culpada por pedir a ele, que vai mais vezes à zona urbana de Uberlândia, que compre cigarros para ela.

Além disso, F. também questiona o fato do trabalho doméstico ficar somente na responsabilidade da mulher. Ela indaga: “*por que só a mulher tem que lavar a louça? Por que ela tem que fazer tudo sozinha? Eu acho isso errado*”. Muitas vezes, tanto no meio urbano quanto no rural, o trabalho doméstico não é visto como um trabalho de fato. Ademais, quando questionada sobre a forma com a qual as mulheres se mostram diante disso, ela afirma: “*às vezes a gente se mostra inferior*”. Ela acredita que isso ocorra para evitar um possível conflito com o marido. Contudo, ela destaca: “*A mulher tem que lutar pelo o que ela quer”*.

 F. foi uma das participantes do programa organizado pelo Guarás intitulado “Feminismo e a Agroecologia” e relata que, ao se encontrar com as outras mulheres do acampamento, percebeu que elas eram capazes de usar seus conhecimentos para gerar renda para si próprias, tais como vender sabonetes artesanais.

**3.6. Prefeitura Municipal de Uberlândia**

Entramos em contato com a prefeitura de Uberlândia. Quem nos recebeu foi um funcionário que trabalha na Secretaria Municipal de Agropecuária e Abastecimento. Segundo ele, há 16 assentamentos de reforma agrária na região, sendo que 14 são regulamentados. Há, assim, cerca de 900 lotes para os assentados. Destes, 27% possuem trator e a maioria têm o 1º grau incompleto. No quesito número de trabalhadores rurais, de 2006 a 2012 houve uma redução de 38,5% na mão-de-obra. Isso ocorre devido ao fato de muitos filhos não quererem assumir o lote dos pais.

Em relação ao PAA e ao PMAE (Programa Municipal de Alimentação Escolar), ele diz que a prefeitura não consegue gastar toda a verba que possui, já que os pequenos produtores plantam apenas hortaliças devido à falta de verba e de assistência técnica. Desta forma, como não há variedade de produtos, não compensa para a prefeitura comprar o mesmo produto em uma quantidade maior que a necessária. Assim sendo, aqueles que participam do PAA podem vender até R$ 6.500,00 em alimentos por ano. Já no PMAE o indivíduo pode vender até R$ 20.000,00 em produtos anualmente.

Quando questionado acerca da verificação de qualidade dos produtos, ele disse que no PMAE as nutricionistas recebem os alimentos e verificam se estão aptos para o consumo. Já no PAA não há tanta exigência.

**3.7. Central de Abastecimento**

 A Central de Abastecimento trabalha com o PAA adquirindo os alimentos dos pequenos produtores e doando-os para instituições de caridade, as quais fazem o cadastro por meio da prefeitura. Desta forma, a prefeitura é responsável por fazer a mediação entre o governo federal e a instituição, sendo que o governo federal deposita o dinheiro diretamente na conta dos produtores. Além disso, a prefeitura também é responsável por oferecer assistência técnica.

 Acompanhamos, então, um dos técnicos. Segundo ele, há no total 6 técnicos, sendo que na época da entrevista 2 estavam de férias. Ele é responsável por atender 52 propriedades, e tenta visitá-las 2 vezes ao mês. Assim, ele visita as propriedades e analisa os produtos que aquele proprietário tem para serem entregues ao PAA. Na tabela abaixo é possível observar a quantia que o PAA paga por determinados produtos.



Fonte: autoria própria

 Contudo, ao acompanhá-lo nas propriedades pudemos perceber que, embora eles sejam técnicos, não é dada de fato uma assistência técnica. Isso ocorre devido à pequena quantidade de indivíduos responsáveis por essa atividade. Assim sendo, o que os técnicos da prefeitura de Uberlândia fazem é visitar as propriedades e anotar a quantidade de alimentos disponíveis para entrega.

**4. REFLETINDO A TEORIA A PARTIR DA PRÁTICA**

Com a pesquisa de campo pudemos perceber o quanto a literatura a respeito das mulheres rurais se aproxima da realidade das assentadas e acampadas situadas na zona rural do município de Uberlândia. Assim como visto na literatura, pudemos perceber que as mulheres do meio rural sofrem muito por ocasião do que é considerado trabalho invisível e a subsequente desvalorização de sua parte do trabalho doméstico. Descobrimos também, assim como Garcia (2011) descreve, que mulheres, ao se reunirem, adquirem maior consciência de suas opressões. Após o curso Feminismo na Agroecologia, uma das participantes reforçou que gostaria de continuar com algo nos mesmos moldes, e que o ato de se reunir com suas companheiras a fez perceber certos aspectos da vida conjugal com os quais ela não concordava, por exemplo, o porquê do trabalho doméstico ficar apenas na responsabilidade da mulher e, mesmo assim, não ser valorizado pelo companheiro. Essa falta de reconhecimento foi uma das principais queixas ouvidas pelas mulheres.

Ainda sobre o que Garcia (2011) escreve, percebemos na fala das assentadas a diferença de sua função social da fase de acampamento para a de assentamento: enquanto no acampamento as mulheres geralmente trabalham como assalariadas na cidade, onde cuidam dos filhos e geram renda para o companheiro poder continuar acampado. Após conquistarem o lote elas deixam de lado o trabalho na cidade e passam a trabalhar com os seus companheiros no plantio. Desta forma, tornam-se financeiramente dependentes dos maridos. Tal transição – de acampada para assentada – contribui para o desempoderamento da mulher, aprofundado pelo fato de que ela passa a se isolar consideravelmente mais de outras mulheres.
 Também foi recorrente vermos o descrito por Paulilo (2010) acerca da quase impossibilidade do acesso das mulheres à terra por meio de herança. Os filhos homens sempre são os cotados para herdarem a terra, não importando o trabalho executado pelas filhas.

O Programa de Aquisição de Alimentos, apesar de, como Santos (2013) menciona, ser fortemente desconcentrador economicamente, não se mostrou capaz de alterar o fato da renda advinda da venda dos produtos ficar concentrada apenas nas mãos do patriarca do núcleo familiar. Desse modo, tal política pública não contribui para a emancipação feminina.

 **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O papel da mulher rural é de fundamental importância na luta pela terra em todos as suas etapas e processos: quando acampadas, sustentando os companheiros que se encontram na lona, quando assentadas, em sua jornada dupla de trabalho doméstico e trabalho na lavoura, e na militância, tanto por uma distribuição mais justa de terras, quanto por mais direitos para as mulheres. Além de sofrer dos aspectos do patriarcado em comum com as mulheres urbanas - não se sentirem confortáveis para falar quando em meio a muitos homens, ter suas habilidades sempre postas em cheque -, o constante desprezo por seu trabalho na lavoura e a sua frequente consideração como uma ajuda subliminar ao homem acaba por humilhá-las. Somado a isso, existe o fato de que todo o dinheiro conquistado através de vendas para programas como o PAA fica retido pelos homens, considerados legítimos detentores da renda da família.

Além disso, a dificuldade ao acesso à terra por ocasião de herança – sendo tal acesso possível somente através do casamento -, acaba por frustrar as mulheres que sempre trabalharam tanto quanto os irmãos, porém nunca são consideradas para receber as terras fa família.

A partir do texto de Garcia (2011), depreendemos que é necessário maior contato organizacional entre as mulheres de cada acampamento e assentamento, a fim de que percebam que suas queixas não são fruto de problemas individuais, mas sim estruturais.

**6. REFERÊNCIAS**

GARCIA, Maria Franco. (2011). **Trabalhadoras e rurais e luta pela terra:** interlocução entre gênero, trabalho e território. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/download/796/819>> Acesso em 15/10/2016.

MINISTÉRIO do Desenvolvimento Agrário. **PAA:** Sobre o programa. Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>>. Acesso em 12/10/2016.

PAULILO, Maria Ignez S. (2003). **Movimento de mulheres agricultoras:** terra e matrimônio. Disponível em: <<http://nafa.paginas.ufsc.br/files/2010/08/mma1.pdf>>. Acesso em 11/10/2016.

PAULILO, Maria Ignez S. (2004). **Trabalho familiar:** uma categoria esquecida de análise. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21700.pdf>. Acesso em 13/10/2016.

SANTOS, Fernando B. P. (2013). **A atuação dos governos locais na redução das desigualdades econômicas**. Disponívelem: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10670/Tese%20-%20Fernando%20Burgos.pdf?sequence=1>. Acesso em: 16/10/2016.

SPINK, Peter (2008). **O pesquisador conversador no cotidiano.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000400010>>. Acesso em 11/10/2016.

<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>

<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16216/1/TerritorializacaoMSTTriangulo>.

<http://www.cieps.proex.ufu.br/>

1. Os nomes dos entrevistados foram ocultados afim de manter o anonimato. [↑](#footnote-ref-1)